Videokonferência: Arranjo de Gestão Intersectorial

Outubro/2021

O PROGRAMA NOSSA GENTE PARANÁ

Estratégia estadual de superação da pobreza por meio da intersetorialidade

ASSISTÊNCIA SOCIAL

HABITAÇÃO

SEGURANÇA ALIMENTAR

SAÚDE

TRABALHO E RENDA

EDUCAÇÃO

APOIO AOS MUNICÍPIOS

Sistema Informatizado

Capacitação

Fortalecimento da Intersectorialidade

Cofinanciamento

APOIO ÀS FAMÍLIAS

Acompanhamento familiar

Qualificação profissional

Acesso a renda e direitos

O PROGRAMA NOSSA GENTE PARANÁ

CAIXA D'ÁGUA BOA

Mais conforto e dignidade com água de qualidade nos domicílios

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Alcançando a emancipação com o acesso a emprego e renda

ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

Transformar o futuro valorizando os sonhos e habilidades da família

RENDA AGRICULTOR FAMILIAR

Para as famílias rurais produzirem e melhorarem sua qualidade de vida

TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Para as famílias saírem da extrema-pobreza e resgatarem sua autonomia

LUZ FRATERNA

Garantia de energia e economia para a população

TERMOS DE COMPROMISSO

2º semestre de 2021: Repactuação com os municípios com assinatura de Termos de Compromisso, nos eventos do programa de interiorização da SEJUF

Entre os compromissos do município, conforme **Leis Estaduais nº 17.734/2013 e 20.548/2021** (art. 8º, I e II), estão oficializar e manter em funcionamento o Comitê Municipal intersetorial e o Comitê Local intersetorial.

POR QUE A INTERSETORIALIDADE?

Complexidade dos problemas sociais na atualidade

Caráter multidimensional da vulnerabilidade social

Insuficiência de uma única política pública para garantir a proteção integral dos cidadãos

“A intersectorialidade na gestão é a contraface da multidimensionalidade da pobreza. A intersectorialidade é uma decorrência lógica da concepção da pobreza como fenômeno multidimensional.”

(Carla Bronzo. *Intersectorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza*. IPEA, 2010)

INTERSETORIALIDADE – MARCOS LEGAIS NO SUAS

“Art. 2º (...) **Parágrafo único** – Para o enfrentamento da pobreza, a **assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais**, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais”

(Lei nº 8.472/1993 – LOAS)

“Art. 3º. São princípios organizativos do SUAS: (...)
IV - **intersectorialidade**: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais”

(Norma Operacional Básica – NOB/SUAS)

“Art. 12. Constituem responsabilidades comuns à União, **Estados**, Distrito Federal e **Municípios**: (...)
XXV – promover a **articulação intersectorial** do SUAS com as demais políticas públicas e o sistema de garantia de direitos.”

(Norma Operacional Básica – NOB/SUAS)

INTERSETORIALIDADE – DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

Alguns desafios para efetivação da intersectorialidade:

- Inexistência de sistemas interligados que viabilizem informações entre as políticas setoriais
- Necessidade de recursos financeiros e humanos
- Posicionamento político quanto à sua implementação
- Necessidade de instrumentos de gestão para procedimentos de monitoramento e avaliação de ações integradas
- Construção de pactos e consensos entre os atores envolvidos
- Apoio de equipes técnicas capacitadas para operacionalização da ação intersectorial na prática

(Juliana Medeiros. *Os desafios da intersectorialidade no âmbito do SUAS*, 2017)

INTERSETORIALIDADE - DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

“Construindo articulação e intersectorialidade

- Sensibilizar os participantes/representantes para o trabalho articulado e intersectorial
- Criar agenda para encontros sistemáticos e periódicos entre os participantes/representantes dos serviços e/ou políticas setoriais
- Constituir processo permanente de mobilização para encontros e reuniões
- Ter uma condução democrática que envolva a todos
- Registrar e documentar todas as reuniões, encontros e eventos
- Estabelecer objetivos e trabalho comum, fluxos e procedimentos
- Cada instituição/equipamento/serviço deve documentar sua atuação e intervenções para partilhar com os demais”.

(Marisabel Luchesi. *Articulação e intersectorialidade no SUAS*, 2020)

INTERSETORIALIDADE NO PROGRAMA NOSSA GENTE PARANÁ

Comitê Local de Clevelândia

O Programa Nossa Gente Paraná visa fortalecer e institucionalizar a cultura de intersectorialidade no Estado, rumo à integração entre as diferentes áreas para superação da vulnerabilidade social e da pobreza.

Não é uma prática pronta e acabada, mas um processo constante de integração e transformação cultural.

INTERSETORIALIDADE NO PROGRAMA NOSSA GENTE PARANÁ

Unir e coordenar
esforços:

A FAMÍLIA É A
MESMA

ARRANJO DE GESTÃO DO PROGRAMA

UNIDADE GESTORA ESTADUAL

Decreto Estadual nº 2.409/2015

Coordenada pela SEJUF, através da Unidade Técnica do Programa Nossa Gente Paraná (Decreto Estadual nº 3.694/2016).

Dela fazem parte as diversas secretarias e órgãos estaduais que têm envolvimento direto ou indireto com o Programa.

Unidade Gestora Estadual

COMITÊS REGIONAIS

Decreto Estadual nº 5.552/2012

Compostos pelos técnicos das equipes regionais das secretarias e órgãos de Estado.

Fazem o acompanhamento, monitoramento e planejamento das ações nos municípios de sua região.

É a instância de interlocução direta com o município.

Regional de Irati

COMITÊS MUNICIPAIS E LOCAIS - IMPLEMENTAÇÃO

Lei Estadual nº 17.734/2013 – art. 8º

**COMITÊ
MUNICIPAL**
(Gestão)

COMITÊ LOCAL
(Operacionalização)

COMITÊS MUNICIPAIS E LOCAIS - IMPLEMENTAÇÃO

Comitê Local de Altamira do Paraná

É necessário que a formalização seja por meio de um Decreto?

Não necessariamente. Pode ser qualquer ato oficial do município (Decreto, Resolução, Deliberação, Portaria, etc).

Pode ser 1 ato oficial único – Comitê Local e Comitê Municipal?

Sim.

Pode ser 1 ato oficial para o Comitê Local e 1 ato para o Comitê Municipal?

Sim.

COMITÊS MUNICIPAIS E LOCAIS - IMPLEMENTAÇÃO

Reunião com prefeito de Vera Cruz do Oeste sobre a implementação dos comitês

É necessário indicar no ato oficial os nomes dos servidores representantes de cada órgão?

Não. Isso pode ser feito, mas pode-se também apenas indicar os órgãos.

É necessário alterar o ato oficial em função da mudança do nome do Programa?

Não necessariamente. Com a Lei que altera o nome do Programa, entende-se que há uma substituição tácita, não sendo obrigatória a alteração apenas para mudança do nome.

COMITÊS MUNICIPAIS E LOCAIS - IMPLEMENTAÇÃO

Exemplo de Decreto

O PREFEITO Municipal, no uso das suas atribuições, e considerando o Termo de Compromisso assinado junto ao Governo do Estado do Paraná para execução do Programa Nossa Gente Paraná, nos termos das Leis Estaduais nº 17.734/2013 e 20.548/2021, DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Comitê Municipal do Programa Nossa Gente Paraná, responsável pela coordenação do Programa no município.

Art. 2º - O Comitê Municipal será formado por representantes dos seguintes órgãos municipais;

- I – Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho;
- II – Secretaria Municipal de Saúde;
- III – Secretaria Municipal de Educação;
- IV – Secretaria Municipal da Agricultura; e
- V – Secretaria Municipal de Habitação.

COMITÊS MUNICIPAIS E LOCAIS - IMPLEMENTAÇÃO

Comitê Local de Clevelândia

Orientamos a otimização das instâncias e estruturas já existentes, com a inserção de pautas fixas referentes ao Programa

OS PROFISSIONAIS E AS FAMÍLIAS SÃO OS MESMOS

ATRIBUIÇÃO

Gerenciar o desenvolvimento do
Programa no município

COORDENAÇÃO

Órgão gestor da Assistência Social

COMITÊ MUNICIPAL

COMPOSIÇÃO ESTRUTURANTE

ASSISTÊNCIA
SOCIAL

SAÚDE

EDUCAÇÃO

TRABALHO

SEGURANÇA
ALIMENTAR

AGRICULTURA

Titulares e
suplentes

COMITÊ MUNICIPAL

REUNIÕES

1 por trimestre

Utilização da
agenda do Sistema

Registro em ata

Convite a parceiros
da rede municipal

UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

Acesso periódico aos indicadores e informações de monitoramento

Acesso ao relatório de Ações Reportadas ao Comitê Municipal

COMITÊ MUNICIPAL – ATRIBUIÇÕES

Comitê de Prudentópolis

Todos os órgãos e equipamentos públicos do município (mesmo não fazendo parte dos Comitês) devem ter conhecimento básico sobre a natureza, o funcionamento e o público do Programa.

Cabe ao Comitê Municipal compartilhar estas informações.

COMITÊ MUNICIPAL – ATRIBUIÇÕES

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Compartilhar informações sobre as ações do Programa com as instâncias de deliberação e controle social (conselhos e comitês)

Informações ao Legislativo e Prefeito Municipal para articulação das ações do Programa com o planejamento orçamentário e estratégias municipais

COMITÊ MUNICIPAL – ATRIBUIÇÕES

Comitês Municipal e Local – Município de Guairá

- Apoiar o Comitê Local
- Garantir a participação dos representantes setoriais no Comitê Local
- Realizar encontros periódicos com o Comitê Local para promover a comunicação, avaliação, troca de experiências e aprendizados
- Participar das capacitações, reuniões e eventos promovidos pelo Programa Nossa Gente Paraná.

ATRIBUIÇÃO

Mapear e executar as ações com as famílias por intermédio da rede de atendimento local

COORDENAÇÃO

Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

COMITÊ LOCAL

COMPOSIÇÃO ESTRUTURANTE

CRAS

UNIDADE BÁSICA
DE SAÚDE

EQUIPAMENTOS
DA EDUCAÇÃO
PÚBLICA

AGÊNCIAS DO
TRABALHADOR

Titulares e
suplentes

COMITÊ LOCAL

Comitê Local de Boa Esperança do Iguaçu

Comitê Local de Catanduvás

CREAS / Equipe PSE

- Necessariamente nos municípios AFAI
- Sempre que possível nos demais municípios

Escolas estaduais

- Podem ser convidadas para participar do Comitê Local

IDR-Paraná

- Necessariamente nos municípios que têm os projetos Renda Agricultor Familiar e Inclusão Produtiva Solidária

COMITÊ LOCAL

REUNIÕES

1 por mês

Utilização da
agenda do Sistema

Registro em ata

Convite a parceiros
da rede local

COMITÊ LOCAL

PROPOSTAS INICIAIS DE PAUTA

Na terça-feira, 26 de janeiro de 2021, reuniram-se nas dependências do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), os Membros dos Comitês Local e Municipal do Programa Nossa Gente Paraná.

Destacamos que na ocasião, houve a troca dos membros de ambos os Comitês, a alteração foi oficializada pelo DECRETO MUNICIPAL Nº 10, DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

Além da definição dos novos membros, realizou-se a apresentação do sistema Nossa Gente Paraná, e dos Projetos: Caixa d'água boa, Habitação, Renda Agricultor e Juro Zero.

- Apresentação do Programa e projetos do Programa existentes no município (novos membros)
- Famílias com necessidade de atualização (CadÚnico e Aspectos para Investigação)
- Ações em atraso
- Famílias com perfil para desligamento
- Novas famílias para inclusão

Matéria publicada pelo município de Salgado Filho referente à reunião inicial dos Comitês Municipal e Local em 2021

COMITÊ LOCAL

ESTRATÉGIAS PARA POTENCIALIZAÇÃO DAS REUNIÕES

Reunião online do Comitê de Prudentópolis realizada durante a pandemia

- Reuniões descentralizadas do Comitê Regional nos municípios
- Envolvimento das diversas instituições em organizar e sediar as reuniões
- Indicação e nomeação mediante critérios, com perfis adequados para a participação ativa no Comitê
- Agenda fixa com pauta bem definida
- Utilização e atualização do Sistema em reuniões do Comitê
- Trabalhar o alinhamento das ações do Programa com os demais programas, projetos, serviços e ações do município, de modo a otimizar recursos e apoiar as diversas iniciativas

COMITÊ LOCAL – ATRIBUIÇÕES

ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

COMITÊ LOCAL – ATRIBUIÇÕES

ATENÇÃO ÀS CONDIÇÕES MÍNIMAS

1 Reversão da situação de trabalho infantil

- + Nenhuma pessoa com menos de 16 anos trabalhando, exceto condição de aprendiz a partir dos 14 anos.
- + Nenhuma criança ou adolescente exclusivamente responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados de crianças menores

2 Acompanhamento escolar de crianças e adolescentes

- + Todas as crianças e adolescentes de 5 a 17 anos frequentando escola

3 Vacinação de crianças

- + Todas as crianças com até 1 ano de idade com carteira de vacinação em dia

4 Acompanhamento de gestantes

- + Todas as gestantes das famílias em acompanhamento por serviço de pré-natal

5 Acompanhamento de saúde para doenças crônicas

- + Todas as pessoas da família com diabetes ou hipertensão acompanhadas pelo serviço de saúde

6 Acesso à água Potável

- + Todos os domicílios com acesso à água potável

7 Documentação civil garantida

- + Todas as crianças e adolescentes com Certidão de Nascimento
- + Todas as pessoas da família com 14 anos ou mais com RG

8 Renda familiar *per capita* acima da linha nacional de extrema pobreza

- + Todas as famílias com renda mensal *per capita* acima da linha nacional de extrema pobreza (R\$ 89,00)

COMITÊ LOCAL – ATRIBUIÇÕES

ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS VINCULADOS

Nos municípios que participam de projetos vinculados e complementares ao Programa Nossa Gente Paraná (Renda Agricultor Familiar, Inclusão Produtiva Solidária, Caixa d'Água Boa, Redução do Déficit Habitacional, Requalificação Urbana e outros), o Comitê é responsável pela seleção das famílias (dentro dos critérios de cada projeto) e acompanhamento da execução.

Comitê e Câmara Técnica de projeto habitacional – município de Nova Aurora

COMITÊ LOCAL – ATRIBUIÇÕES

ATIVIDADES COM AS FAMÍLIAS

Ação em Roncador

Ação em Espigão Alto do Iguaçu

O Comitê Local pode planejar e desenvolver grupos, oficinas, cursos, pequenos eventos, campanhas e atividades de caráter intersetorial com as famílias participantes do Programa (considerando que são aquelas em maior situação de vulnerabilidade social) e também podendo envolver a comunidade de modo geral.

COMITÊ LOCAL – ATRIBUIÇÕES

INFORMAÇÕES E ORIENTAÇÕES ÀS FAMÍLIAS

Tanto famílias participantes quanto não participantes podem ter dúvidas e necessidades de esclarecimentos a respeito do Programa, cabendo ao Comitê Local saná-las.

Exemplo: critérios de recebimento e forma de saque do Renda Nossa Gente Paraná.

COMITÊ LOCAL – ATRIBUIÇÕES

UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

O Sistema de Acompanhamento das Famílias é o principal instrumento de apoio e registro das ações do Comitê Local.

SENHAS DE ACESSO AO SISTEMA

Perfil	Tipo de senha
Responsável pelo cadastramento de membros e agendas de reuniões	Administração Municipal
Membros Comitê Municipal	Gestor Municipal
Membros Comitê Local – com acesso a alterações	Operadores do Sistema no Município
Membros Comitê Local – sem acesso a alterações	Operacional Consulta

SENHAS DE ACESSO AO SISTEMA

Os **gestores municipais da Assistência Social** possuem senhas individuais de acesso ao **Sistema de Gestão de Acessos (SGA)**. Senhas emitidas conforme cadastro no CadSUAS.

Acesso: <http://www.sistemas.social.pr.gov.br>

The screenshot displays the 'Portal de Acessos' interface. At the top left, it features the logo of the 'PARANÁ GOVERNO DO ESTADO' and the text 'SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO'. At the top right, the 'PORTAL de ACESSOS' logo is visible. A dark green navigation bar contains a 'Sair' button. The main content area shows a 'Sistema' menu with three options: 'SGA' (System of Access Management), 'SIFF2' (Versão 2.0), and 'Sistema de Acompanhamento das Famílias'. The 'SGA' option is highlighted with a red circle.

SENHAS DE ACESSO AO SISTEMA

FUNÇÕES DO SGA:

Visualizar os usuários já cadastrados no município

Cadastrar novos usuários e emitir senhas

Cancelar senhas de ex-membros dos Comitês

* As senhas devem ser **individuais**, em nome dos membros dos Comitês. Não fazer senhas em nome do “Comitê Municipal”, “CRAS”, “Secretaria da Assistência”, etc.

RESULTADOS ESPERADOS

- Consolidação de uma cultura de intersetorialidade no Paraná
- Construção de redes e fluxos mais integrados entre as políticas e serviços públicos
- Construção de redes de apoio entre os profissionais
- Maior conhecimento de cada instância setorial sobre as demandas e funcionamento das demais
- Otimização de tempo, informações e estratégias
- Coletivização das demandas e estratégias de enfrentamento às vulnerabilidades, sem perder as especificidades de cada área
- **Proteção integral às famílias**

OBRIGADO E BOM TRABALHO!

Everton de Oliveira

(41) 3210-2510

evertonoliveira@sejuf.pr.gov.br

Michele Cristina Ribeiro

(41) 3210-2861

michelecr@sejuf.pr.gov.br

Paula Cristina Calsavara

(41) 3210-2755

paulacalsavara@sejuf.pr.gov.br